



JOGO¹ E CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA HUMANA: IMPLICAÇÕES DA ALIENAÇÃO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Rodrigo Lima Nunes – PPGE da FCT/UNESP

Irineu Aliprando Viotto Filho² – FCT/UNESP

Tatiane da Silva Pires Felix – PPGE da FCT/UNESP

Agência Financiadora: FAPESP

Resumo

Esse trabalho tem como propósito central realizar uma análise teórica acerca da formação da consciência infantil a partir do jogo, considerando os aspectos alienantes intrínsecos a máquina capitalista e responsável pelo desenvolvimento alienado dos sujeitos que a constituem. Compreende-se que o jogo, a partir da representação e reconstrução das relações e papéis sociais presentes na sociedade, se apresenta como atividade principal no desenvolvimento infantil, sendo assim, é nele que se desdobram as transformações mais significativas nos traços psicológicos e da personalidade da criança, portanto, também da consciência. Contudo, vivemos em uma sociedade permeada por relações de alienação, fragmentada pela divisão social do trabalho e propriedade privada, sendo que, se na brincadeira a criança reproduz e reconstrói as relações e manifestações sociais, o mais provável será que esses traços alienantes estarão impregnados ao conteúdo do jogo. Esse texto se apoia na Teoria Histórico-Cultural e no Materialismo Histórico Dialético para a realização dessa discussão, entendendo o papel atual da instituição capitalista escola, promotora da alienação, e suas possibilidades enquanto promoção de um desenvolvimento infantil com vistas à humanização dos sujeitos.

Palavras-chave: Jogo; Alienação; Consciência; Humanização.

Introdução

Considerando a importância da atividade do jogo para o desenvolvimento humano e a sua conexão com o processo de formação da consciência infantil, este trabalho busca trazer uma discussão em relação às implicações das relações de alienação intrínsecas ao metabolismo capitalista, levando-se em consideração a presença indissociável entre a cultura

¹ O jogo nesse trabalho deve ser compreendido enquanto atividade do brincar, ou seja, brincadeiras realizadas pelas crianças. Devendo ser desconsiderados outros tipos de jogos como esportivos, de “cartas” e etc., mesmo considerando que também esses foram construídos historicamente pelos homens, através do seu trabalho e das relações sociais.

² Departamento de Educação Física

historicamente produzida e suas relações, e o brincar infantil. Para tanto, este estudo busca na teoria Histórico-Cultural e no Materialismo Histórico Dialético seus pressupostos teórico-metodológicos, com o intuito de respaldar e qualificar as considerações a respeito dessa proposição temática.

Sabe-se o quanto a sociedade capitalista é possibilitadora da produção e reprodução da alienação na formação dos indivíduos em suas relações sociais e institucionais, sendo assim, fica evidente que a escola, enquanto uma instituição social estruturada e desenvolvida através de determinadas perspectivas que respondem a uma determinada ideologia dominante, pode colaborar para a formação de seres humanos alienados. Parte-se da ideia central, neste sentido, que durante a atividade do jogo, podem ser reproduzidos processos de alienação, tendo em vista que as crianças nas suas relações escolares tendem a reproduzir os papéis sociais encontrados na própria sociedade.

Não se tem a intenção aqui de desvalorizar a utilização dos jogos como atividades didático-pedagógicas, sendo que até hoje se apresenta uma discussão marcante a respeito da utilização, ou não dessa atividade na educação das crianças, considera-se nesse estudo que esta atividade é essencial para o desenvolvimento infantil e deve ser utilizado nas escolas, mas considerando a premissa de que no jogo as crianças reconstruem as relações, ações, manifestações, vivenciadas em seu cotidiano, entende-se que tal atividade deve ser trabalhada de forma reflexiva, consciente e crítica pelos professores. Assim, torna-se necessário enfatizar o papel do professor como mediador dos processos de desenvolvimento dos estudantes e valoriza-lo como sujeito imprescindível na formação e desenvolvimento da consciência das crianças na escola.

A importância do jogo para o desenvolvimento da consciência infantil: uma visão histórico-cultural desse processo

Para compreender a atividade do jogo e suas implicações na formação da consciência da criança, apresenta-se como necessidade inicial a exposição a respeito das características principais dessa atividade a partir do embasamento teórico-metodológico da psicologia histórico-cultural, pois, conforme essa perspectiva, a criança na escola, tem condições de se desenvolver ao se apropriar das ações e operações postas no jogo, pois, conforme Leontiev (2006b) é a partir da atividade do jogo, considerada a atividade principal da criança, que a mesma encontra as condições para apropriação das relações e objetos culturais à sua volta, em direção à sua humanização.

Portanto, considerando as palavras de Marx (2004) a respeito do processo de formação da humanidade nos homens, explicita que é no decorrer das atividades realizadas e concretizadas no desenrolar da sua vida material e objetiva, que o ser humano se apropria da natureza e a modifica, criando instrumentos e meios de produção destes, com objetivo de suprir suas necessidades, desenvolvendo assim a linguagem, comportamentos, pensamentos, sentimentos e formas de agir na sociedade em que está inserido, isto é, constituindo-se enquanto homem.

Para alavancar esse processo, Leontiev (2006b) e Elkonin (1998) afirmam que cada fase do desenvolvimento humano se caracteriza por uma determinada *atividade*, a qual é responsável por articular o processo de formação do indivíduo. Neste sentido, assume-se que o jogo, considerado enquanto atividade principal da criança, torna-se conteúdo fundamental na estruturação e planejamento de suas atividades na escola.

Ao brincar, a criança apropria-se do mundo dos objetos e da cultura humana, reproduzindo as ações realizadas pelos adultos com tais objetos, aprendendo novas habilidades, capacidades, ações, representações e, nesse processo de apropriação e objetivação se desenvolve de forma multilateral se humanizando (LEONTIEV, 2006b; ELKONIN, 1998).

A partir dessa discussão, Leontiev (2006b, p.64-65) explicita que a *atividade* ou *atividade principal* “é então a atividade cujo desenvolvimento governa as mudanças mais importantes nos processos psíquicos e nos traços psicológicos da personalidade da criança, em um certo estágio de seu desenvolvimento”, e, a atividade é designada como, no que concerne aos traços psicológicos, “processos psicologicamente caracterizados por aquilo a que o processo, como um todo, se dirige (seu objeto), coincidindo sempre com o objetivo que estimula o sujeito a executar esta atividade, isto é, o motivo” (LEONTIEV, 2006b, p. 68).

Conseqüentemente, ao se considerar o desenvolvimento do ser humano, mais especificamente o da criança, no que tange o desenvolvimento de suas faculdades especificamente humanas, quanto de suas capacidades motoras, é a atividade do brincar que garante esse processo, pois é nessa atividade que a criança representa e reconstrói todas as percepções apreendidas em sua vida cotidiana, desenvolvendo-se assim em direção a construção de sua individualidade.

Portanto, a formação psíquica na fase de desenvolvimento infantil se dá na ação dentro da atividade do brincar, pois, como afirma Mello (2000, p.4), “[...] na base do agir humano (isto é, do trabalho) encontra-se a consciência como uma das condições essenciais para que o homem possa constituir-se como um elemento do gênero humano”.

Assim sendo,

Para a criança neste nível de desenvolvimento físico, não há ainda atividade teórica abstrata, e a consciência das coisas, por conseguinte, emerge nela, primeiramente, sob forma de ação. Uma criança que domina o mundo que a cerca é a criança que se esforça para agir neste mundo (LEONTIEV, 2006, p. 120).

Atividade consciente, portanto, de acordo com Luria (2006, p.196), “é a habilidade em avaliar as informações sensoriais, em responder a elas com pensamentos e ações críticas e em reter traços de memória de forma que traços ou ações passadas possam ser usados no futuro”. Enfatizando, que esse fenômeno é construído processualmente, a partir da apropriação e objetivação dos objetos materiais e imateriais construídos socialmente, o que pressupõe diferentes níveis de consciência, ao se considerar as condições e possibilidade que são dadas aos sujeitos de relação com toda essa cultura humana.

Discutindo algumas concepções acerca dos jogos e respaldados em estudos realizados por Boronat (2001) e Elkonin (1998), identifica-se que existem várias definições do que vem a ser o jogo. De acordo com esses autores, grande parte dos estudos com essa temática compreende-o como algo inato ao ser humano, como uma característica natural exteriorizada na criança em determinada fase maturacional, que se manifesta a partir do desenvolvimento biológico pelo qual passa a criança ao longo de sua vida.

No entanto, neste estudo, busca-se compreender o jogo a partir de uma visão histórico-cultural e avançar a tais visões naturalizantes, reconhecendo que o jogo é uma atividade desenvolvida historicamente e constituída a partir da relação do homem com a natureza, isto é, pelo seu trabalho vital e relações sociais, tendo em vista que essa atividade, devido ao papel da criança na sociedade atual, é utilizada como forma de suprir a necessidade de participação da mesma na vida social, sendo realizadas e reconstruídas a partir das relações estabelecidas em sua vida cotidiana com os adultos, seus pares, familiares, vizinhos, mídias dentre outros grupos sociais com os quais se relaciona, sentindo-se assim parte do mundo o qual pertence (LEONTIEV, 2006a).

Elkonin (1998, p.19), autor que avança a tais visões maturacionais de desenvolvimento humano, define o jogo, portanto, como sendo “[...] uma atividade em que se reconstruem, sem fins utilitários diretos, as relações sociais”, por exemplo, “imitar um médico”, “dirigir um carro”, “brincar de policial”, “jogador de futebol”, etc., o que o caracteriza como uma atividade social realizada pelas crianças de modo a vivenciarem situações as quais são próprias do seu cotidiano social.

Neste sentido, o jogo tem sua premissa nas relações sociais, isto é, na reconstrução pelas crianças das atividades práticas realizadas e observadas na realidade social da qual fazem parte, portanto, possui em seu propósito representativo, tarefas, normas, ações, manifestações, presentes na constituição dos papéis sociais e da cultura social de determinado momento histórico.

Dada a relação intrínseca entre os jogos e papéis sociais exercidos pelas pessoas na sociedade, faz-se necessário explicitar, segundo Duarte (2006, p. 90), que os papéis sociais “[...] são uma síntese de atitudes, procedimentos, valores, conhecimentos e regras de comportamento”, responsáveis por todo o processo de “[...] mediação entre o indivíduo e as demais pessoas em determinadas circunstâncias sociais”, podendo relacionar-se com atividades profissionais, familiares, de classe social, gênero, dentre outras, apresentando assim um caráter distinto e diverso e que pode ser reproduzido nas relações sociais.

Concomitantemente, os papéis sociais oferecem o respaldo necessário para os sujeitos agirem em “[...] diferentes situações sem ter de construir seu comportamento a cada situação” (DUARTE, 2006, p.90-91). Assim, as representações e reconstruções dramatizadas pelas crianças na atividade do jogo está ligada aos conhecimentos empíricos acumulados que orientam o sujeito em suas ações na sociedade, diante de tantas situações distintas que surgem no decorrer de sua vida.

Portanto, reforçando a essencialidade dessas atividades lúdicas para a formação humanizada das crianças, Martins (2006, p.40) afirmam que os jogos influenciam decisivamente o desenvolvimento da criança. Ao brincar, ela aprende a ser e agir no mundo, interagindo com as coisas e as pessoas, pois é a partir das ações objetivas (práticas) realizadas, que a criança estrutura e ampliam seus processos internos, orientando outras ações práticas, mais autônomas e complexas e isso acontece de forma contínua e processual provocando mudanças qualitativas em sua personalidade.

Partindo de uma análise das fases de desenvolvimento pelo qual o ser humano pode passar, entende-se que durante a infância os jogos superam a manipulação sensório-motora de objetos que se dá na primeira infância, conduzindo-a ao desenvolvimento de capacidades mais complexas, como imaginação, atenção e memória, fazendo-a avançar sobremaneira ao desenvolvimento anterior, que se limita essencialmente às sensações e percepções dos objetos à sua volta e das relações diretas e momentâneas com os adultos.

Corroborando com essa ideia, Mukhina (1995) esclarece a importância dessa atividade para o desenvolvimento psíquico da criança. Segundo a autora, na atividade do brincar ocorre o desenvolvimento da atenção, memória, imaginação, linguagem e comportamentos, dentre

outras capacidades humanas, assim, ao jogar a criança precisa se concentrar e recordar representações específicas da situação lúdica, manipular substitutos de objetos, conferindo-lhes outros significados, dialogar com seus pares e agir como se fossem outras pessoas. Ou seja, pode-se compreender que os jogos e brincadeiras influenciam diretamente a construção dos aspectos cognitivos, afetivos, motores e sociais das crianças.

Sendo assim, tais aspectos são formados a partir da relação das crianças com a sociedade. De acordo com Leontiev (2006b) e Elkonin (1998) a atividade do jogo é essencial para o desenvolvimento qualitativo e dialético de formação e construção humana das crianças; é a possibilidade oferecida por essa atividade, que lança esses sujeitos no mundo adulto, possibilitando-lhes reproduzir, assumir e reconstruir papéis sociais presentes na vida adulta e se desenvolver.

Portanto, como afirma Duarte (2004), o processo de formação da individualidade humana passa por diferentes estágios sociais e históricos e, na escola muitos desses estágios se consolidam nas atividades educativas. Evidencia-se, a partir de toda a discussão explicitada anteriormente, o quanto o jogo pode proporcionar condições diferenciadas de apropriação e objetivação dos conteúdos da cultura humana, os quais são essenciais à constituição do sujeito humano.

Considerando assim, a apropriação e objetivação da cultura construída historicamente pelos os homens, como conteúdos indispensáveis para o desenvolvimento da individualidade humana, Duarte (1996, p.40-41) explica que,

As características do gênero humano não são transmitidas pela herança genética, porque não se acumulam no organismo humano. As características foram criadas e desenvolvidas ao longo do processo histórico, através do processo de objetivação, gerado a partir da apropriação da natureza pelo homem. A atividade humana, ao longo da história, vai construindo as objetivações, desde os objetos *stricto sensu*, bem como a linguagem e as relações entre os homens, até as formas mais elevadas de objetivações genéricas, como a arte, a filosofia e a ciência. Cada indivíduo precisa se apropriar de um mínimo desses resultados da atividade social, exigido pela sua vida no contexto social do qual faz parte.

Sendo assim, é na atividade do brincar que a criança ao reconstruir as ações de um médico, dirigir um carro imaginário, imitar um bombeiro e etc., tem condições de se apropriar e se objetivar dos objetos construídos historicamente pelo conjunto dos homens, o que torna essencial o presente conteúdo na vida desses indivíduos, sobretudo, dentro do espaço escolar, ao se considerar o papel da mesma enquanto instituição responsável pela aprendizagem e desenvolvimento dos seres humanos a partir da proposição de experiências que busquem retratar tudo o que foi construído histórico e socialmente pelos seres humanos.

Portanto, com o intuito de finalizar a discussão proposta até o presente momento, busca-se nas palavras de Bakhtin (1990) conclusões a respeito do processo de desenvolvimento infantil a partir do jogo, acreditando que o mesmo deve ser entendido enquanto atividade constituída socialmente, enfatizando, no que concerne aos aspectos psíquicos diretamente relacionados com esse processo que, a atividade mental dos seres humanos é determinada não por questões orgânicas, ou interiores aos indivíduos, e sim às significações e sentidos vivenciados e apreendidos a partir dos signos culturais presentes no cotidiano, portanto, as expressões apresentadas pela criança durante os jogos, não são organizadas pelo seu meio interior, mas sim pelo meio social as quais pertencem tornando-se assim parte constituinte de seus processos interiores.

Enfim, essa primeira parte se fez necessária para demonstrar a importância das relações sociais para a brincadeira das crianças e, conseqüentemente, para o seu desenvolvimento multilateral, contudo, torna-se essencial analisar a atual estrutura social instalada que permeia todos os âmbitos da vida dos seres humanos, para que assim se tenha a real representação e possibilidades de desenvolvimento humano a partir de tal estrutura, fato esse que será objeto de discussão e análise no próximo tópico.

Da alienação a humanização: o papel da escola na formação dos indivíduos

Considerando, portanto, que é na infância que a criança reproduz as ações observadas em sua realidade, sobretudo a partir dos jogos, no sentido de “viver” experiências do mundo adulto nas suas atividades, para sentir-se participando realmente do processo de vida adulta e, desta forma, ampliar suas ações, desenvolver sua criatividade e imaginação, conquistando assim uma relativa autonomia (LEONTIEV, 2006b), o professor assume a importante tarefa na direção da criação de condições efetivas de desenvolvimento humano na educação escolar, tendo em vista o processo de socialização e humanização das crianças para que as mesmas possam avançar a cada dia no seu processo de desenvolvimento e humanização (MELLO, 2006).

Afirma Leontiev (2006b) que para consolidar o pleno desenvolvimento dos estudantes, a escola de forma geral, deve possibilitar o acesso aos bens culturais essenciais, garantindo a partir das atividades educativas a apropriação desses elementos, tendo em vista o pleno desenvolvimento humano.

Todavia, numa sociedade que se divide em classes sociais, fragmentada pela divisão social do trabalho, as relações sociais, na maioria das vezes, são mediadas por processos

alienados, como afirmam Marx e Engels (2007) e, diante dessa condição, própria da sociedade capitalista, também a escola, enquanto instituição social constituinte de tal sociedade acaba por assumir também um caráter alienado e alienante em sua estrutura e formas de relação sociais.

Possuindo a escola como característica essa condição, no imperialismo capitalista, as instituições sociais, se tornam instrumentos ideológicos do estado, a favor da manutenção do *status quo* e da transformação de tudo e todos em mercadorias. A partir dessa conjuntura é que se analisa a crise do sistema público de ensino, o qual se encontra esmagado pelas demandas sociais que são exigidas pela sociedade capitalista e pelos cortes de recursos para as instituições de ensino público. Tudo isso caracteriza de forma clara, a realidade instaurada pelo “neoliberalismo”, onde “tudo se vende, tudo se compra”, “tudo tem preço”, o que se constata também na “mercantilização da educação”. Uma forma de sociedade respaldada nesses ideais, que impedem a humanização, indubitavelmente transformaria os espaços educacionais em “shopping centers”, onde a lógica de mercado seria o consumo e também o lucro, correspondendo a lógica capitalista (MÉSZÁROS, 2008, p.16).

A alienação, portanto, de acordo com Markus (1974, p.61 apud MELLO, 2000, p.39), é,

[...] senão essa discrepância na qual a evolução histórica da humanidade discrepa da evolução dos indivíduos, e o efeito auto-configurador do indivíduo, fator de auto desenvolvimento da atividade humana só aparece no plano social global e não como configurador do indivíduo, e elemento de desenvolvimento da personalidade na atividade do próprio indivíduo.

A partir disso, a sociedade capitalista ao mesmo tempo que produz as máximas possibilidades de desenvolvimento do gênero humano em todos os âmbitos, considerando os alcances tecnológicos e produções culturais materiais e imateriais, impede que todos esses benefícios e possibilidades de desenvolvimento humanizado sejam apropriados e objetivados pela maioria da população, estando ao alcance de apenas uma ínfima parcela detentora do capital.

Assim, atentando-se a discussão acerca dos processos de alienação presentes na sociedade capitalista, de acordo com Duarte (2006, p. 94), os papéis sociais alienados se originam a partir da divisão social do trabalho, isto é, na divisão entre quem é dono da “propriedade do capital” e quem detém a “força de trabalho”, entre quem realiza o trabalho intelectual e que realiza o trabalho manual, enfim, a alienação está posta nas relações de dominação e configura-se nas relações sociais a partir da separação entre aqueles que trabalham e produzem e aqueles que “detém a propriedade privada dos meios de produção”,

estabelecendo as dicotomias entre capital-trabalho, trabalho intelectual-manual, explorador-explorado, dentre outras presentes na sociedade de classes.

Diante de tantas contradições presentes nessa sociedade, decorrentes do processo de alienação imposto pela relação dicotômica entre capital-trabalho, pode-se compreender que a partir do momento que um trabalhador é levado a preocupar-se somente com o seu salário no final do mês, para garantir sua sobrevivência física, sendo excluído de muitas possibilidades de desenvolvimento humano e social, o mesmo acaba inconscientemente, reproduzindo o papel de manutenção da própria sociedade alienada e, de certa forma alimentando o trabalho alienado, comprometendo as suas possibilidades de conscientização e de desenvolvimento numa direção humanizadora, conforme afirma Marx (2004).

Segundo Mészáros (2006), a alienação se caracteriza, portanto, pela universalização do mercado, onde tudo é transformado em produto, tudo passa a ter valor de troca, o que leva também à conversão dos seres humanos em objetos a serem comprados e comercializados. Assim é acarretada a fragmentação do social em individualismos egoístas, onde o que vale é o ser isolado de toda a sociedade, alimentando unicamente suas vontades individuais, fazendo desse egoísmo um ser metafísico que garante a manutenção do seu “culto á privacidade” e conseqüente desumanização.

Assim, a partir da atual realidade social, para que ocorram mudanças significativas na educação é necessária uma transformação das relações sociais nas práticas educacionais, devendo cumprir as suas verdadeiras e históricas funções na formação dos homens, funções essas pautadas principalmente na humanização e nos processos de desenvolvimento humano levando-se em consideração as suas multideterminações (MÉSZAROS, 2008).

Com isso, a partir das análises de Saviani (2008, p.22), a “especificidade da educação” deve estar pautada em “conhecimentos, idéias, valores, conceitos, atitudes, hábitos, símbolos”, isto é, embasada em aspectos essenciais à formação “dos indivíduos singulares” de forma humanizada, consciente, produzidas intencionalmente, através de pedagogias humanizadoras e historicamente construídas nas relações sociais, engendradas pelo coletivo dos homens.

Diante da questão acima e, sobretudo, em decorrência da importância de se construir e socializar os objetos culturais construídos pela humanidade, (os quais são imprescindíveis para o processo de humanização na escola) é que se coloca, principalmente aos educadores comprometidos com uma proposta transformadora, a necessidade de proporcionar as condições objetivas para que os estudantes, de maneira ativa e consciente possam se apropriar

dos objetos da cultura, para assim, desenvolverem as várias habilidades/capacidades impregnadas nesses objetos e ampliem cada vez mais o seu desenvolvimento.

É importante esclarecer, considerando as palavras de Duarte (2006), que ao se enfatizar o processo de construção da consciência infantil, não se espera que uma criança tenha a plena consciência acerca da alienação posta na sociedade, no entanto, enfatiza-se a importância desse trabalho se iniciar desde a educação infantil e desenvolver-se ao longo da subsequente formação dos indivíduos na escola, pois, o processo de construção de consciências numa direção humanizada, pode e deve ter nessa instituição um espaço privilegiado.

Portanto, no que concerne a temática desse trabalho, a partir das discussões apresentadas, apreende-se que a alienação da sociedade capitalista em todos os seus aspectos, pode estar contribuindo com a constituição alienada da consciência humana desde a mais tenra idade, sobretudo ao se considerar a característica essencial presente no jogo que se dá na relação das crianças com a sociedade em que convive e se desenvolve. Defende-se que situações de alienação, apresentadas durante a realização de tais atividades, não desconsiderando a superação da alienação em todos os espaços escolares, mas se limitando a especificidade desse trabalho, precisam ser investigadas e compreendidas, tendo em vista que estas atividades apresentam-se como uma importante estratégia de ensino no processo de formação e desenvolvimento das crianças na escola.

Para a consecução dessa tarefa, faz-se necessário compreender tanto o desenvolvimento dos jogos quanto os seus desdobramentos na vida das crianças, identificando e compreendendo os possíveis aspectos alienantes que possam surgir, para não reproduzi-los no interior da escola e buscar a superação de tal fenômeno, para que essa instituição possa contribuir e engendrar processos que deem um salto qualitativo no processo de desenvolvimento dos seres humanos em direção à sua humanização.

Assim sendo, esse estudo, ao valorizar os jogos na educação das crianças, enaltece o papel da educação escolar e dos professores conscientes e críticos enquanto mediadores na construção de condições de conscientização e humanização das crianças, com objetivo de possibilitar-lhes à apropriação da cultura material e imaterial construídas socialmente, mesmo sob o jugo de uma sociedade alienada.

Considerações

Buscou-se nesse texto, realizar uma análise teórica a partir de uma revisão de literatura acerca do processo de desenvolvimento infantil numa sociedade pautada por relações de alienação, enfatizando que durante a realização dos jogos, levando-se em consideração a importância social na estruturação e resignificação pelas crianças na consecução dessas atividades e a partir da atual conjuntura social instalada, pressupõe-se a presença de relações alienadas e alienantes, o que acaba por prejudicar o processo de desenvolvimento desses sujeitos, o que contribuiria para a manutenção da maioria da população sob o domínio de uma minoria.

No entanto, é importante salientar, que a partir de mediações prático-teóricas numa perspectiva humanizadora engendradas a partir de discussões críticas, conscientes e reflexivas, podem ser construídos momentos significativos de desenvolvimento dos estudantes, na busca da superação de situações e características da alienação que podem se configurar durante a realização dos jogos na escola.

Acredita-se, conforme afirma Martins (2007), que desta forma serão construídas condições concretas que determinam as possibilidades para uma atividade consciente e humanizadora, mesmo que as possibilidades de superação da alienação dentro de uma realidade tão fortalecida, como se apresenta na sociedade capitalista e no interior escolar, sejam difíceis de serem superadas, considerando os limites e entraves postos pelas relações sociais alienadas e alienantes. Portanto, defende-se nesse trabalho, que devem ser aplicadas e enfatizadas ações numa perspectiva de emancipação humana na direção da construção de um desenvolvimento qualitativo e efetivo no processo de apropriação e objetivação dos estudantes, considerando a construção de sua consciência a partir de um processo histórico.

Enfim, diante das reflexões apresentadas, encerra-se essa discussão com a certeza de que existem possibilidades teórico-filosóficas e metodológicas significativas na escola vigotskiana e materialista histórico dialética, que precisam se constituir como objeto de investigação, estudo e aplicação. Contudo, não se buscou nesse texto, fazer uma simples transposição mecânica e linear entre os fenômenos do jogo, consciência e alienação, considerando a totalidade e a complexidade dessa relação e suas particularidades, fato esse, que deve ser interpretado e analisado a partir de cada contexto histórico-social, na busca da análise crítica e consciente desses fenômenos, buscou-se sim, fazer um alerta a todos os profissionais e responsáveis da área da educação a respeito dessas condições de alienação, para que a mesma seja objeto de preocupação com vistas a superação dialética de tal situação.

Referências

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 3.ed. Trad. Michel Lahoud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1990.

BORONAT, M. E. **El juego em la edad preescolar**. La Habana (Cuba): Pueblo y Educación, 2001.

DUARTE, N. **A individualidade para-si**: Contribuição a uma mteoria histórico-social da formação do indivíduo. Campinas: Autores Associados, 1996.

DUARTE, N. **Formação do indivíduo, consciencia e alienação**: o ser humano na psicologia de A. N. LEONTIEV. Caderno Cedes, Campinas, v. 24, n. 62, p. 44-63, abril 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acessado em: 20 jul. 2009.

DUARTE, N. “Vamos brincar de alienação?” A brincadeira de papéis sociais na sociedade alienada. In: ARCE, A.; DUARTE, N. **Brincadeira de papéis sociais na educação infantil**: as contribuições de Vigotski, Leontiev e Elkonin. São Paulo: Xamã, 2006. p. 89-97.

ELKONIN, D. B. **Psicologia do jogo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEONTIEV, A. N. Os Princípios Psicológicos da Brincadeira Pré-escolar. In: VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 2006a.

LEONTIEV, A. Uma contribuição à Teoria do Desenvolvimento da Psique Infantil. In: VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 2006b.

LURIA, A. R. O Cérebro Humano e a Atividade Consciente. In: VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 2006.

MARTINS, L. M. Especificidades do desenvolvimento afetivo-cognitivo de crianças de 4 a 6 anos. In: ARCE, A.; MARTINS, L. M. **Quem tem medo de ensinar na educação infantil?**: Em defesa do ato de ensinar. Campinas: Alínea, 2007. p. 63-92.

MARTINS, L. M. A brincadeira de papéis sociais e a formação da personalidade. In: ARCE, A.; DUARTE, N. **Brincadeira de papéis sociais na educação infantil**: as contribuições de Vigotski, Leontiev e Elkonin. São Paulo: Xamã, 2006. p. 28-50.

MARX, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

MELLO, S. A. Contribuições de Vigotski para a educação infantil. In: MENDONÇA, S. G.; MULLER, S. **Vigotski e a escola atual**: fundamentos teóricos e implicações pedagógicas. Araraquara: JM, 2006.

MELLO, S. A. **Linguagem, consciência e alienação**: O óbvio como obstáculo ao desenvolvimento da consciência crítica. Marília: Unesp-Marília-Publicações, 2000.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MUKHINA, V. **Psicologia da idade pré-escolar**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico Crítica**: Primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2008.